

## CORRUPÇÃO

## Justiça homologa US\$ 60 mi recuperados de desvios na gestão Maluf

A Justiça de São Paulo homologou na última sexta-feira o acordo entre o Ministério Público paulista, a Procuradoria-Geral do Município e empresas envolvidas no escândalo de desvios de verbas da Prefeitura de São Paulo durante a gestão Paulo Maluf (1993-1996) que devolverá US\$ 44 milhões (cerca de R\$ 227,4 milhões) aos cofres municipais.

Com isso, o valor deve ser pago de uma só vez à prefeitura. Em 2017, o ex-prefeito foi condenado a nove anos e sete meses de prisão pelo caso. Maluf, 91, cumpre prisão domiciliar.

A sentença da 4ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça paulista também encerra o processo judicial contra a empresa Eucatex (pertencente à família Maluf) e das offshores Kildare, Durant e MacDoel, que serviram de intermediárias para que o dinheiro desviado.

O valor total do acordo chega a US\$ 60 milhões (cerca de R\$ 310 milhões), incluídas as custas dos processos internacionais que envolveram o caso. A recuperação dos valores foi possível após a procuradoria do município contratar serviços jurídicos no exterior com a intenção de ser ressarcida.

O dinheiro é referente a desvios na construção da avenida Água Espraiada, hoje chamada Jornalista Roberto Marinho, na zona sul da capital, e no túnel Ayrton Senna.

Em 2017, o ex-prefeito foi condenado a nove anos e sete meses de prisão pelo caso. Maluf, 91, cumpre prisão domiciliar.

Com o acordo, as três offshores devem ser liquidadas e a Eucatex será excluída dos processos judiciais que a Promotoria move no caso, além de ter as contas desbloqueadas. A empresa da família Maluf pagará

US\$ 7 milhões do próprio caixa.

O encerramento do processo não exclui, porém, as medidas judiciais contra os membros da família Maluf. O Ministério Público ainda quer obter o pagamento de US\$ 250 milhões a partir de seus patrimônios pessoais.

O acordo é resultado de uma ação civil pública proposta em 2001 pelos promotores Silvio Marques, Karyna Mori e José Carlos Blatt, da Promotoria do Patrimônio Público, contra Maluf, membros de sua família e empresas envolvidas nos desvios. Segundo a investigação, os US\$ 300 milhões desviados foram para contas bancárias em paraísos fiscais como ilhas Jersey, Suíça e Ilhas Virgens Britânicas.

Somado a termos assinados com bancos internacionais que chegaram a US\$ 55 milhões e a outras repatriações de valores que envolvem o caso, os promotores calculam que o total recuperado no caso é de mais de US\$ 100 milhões. É menos do que o valor do prejuízo ao município com os desvios, que, segundo o Ministério Público.

À época do anúncio do acordo, há um mês, a Eucatex afirmou que o acordo "põe fim a uma duradoura controvérsia jurídica em múltiplas jurisdições relacionada a acontecimentos de 1997 e que levou a liquidação judicial de veículos constituídos nas Ilhas Virgens Britânicas que detinham um percentual relevante do capital social" da empresa.

A família Maluf já respondeu a processos em três países, além do Brasil, pelo caso. O ex-prefeito e seu filho tiveram a prisão decretada nos Estados Unidos e na França, além do pagamento de multas, e entraram na difusão vermelha da Interpol à época.

## CISJORDÂNIA

## Violência se agrava um dia após tentativa de Paz

A espiral de violência que assola a Cisjordânia desde o início do ano deu mostras de estar longe do fim nesta segunda-feira, um dia depois de Israel e Palestina se comprometerem a trabalhar juntos para dar um basta à situação em um encontro na vizinha Jordânia.

Huwara, uma cidade no norte do território ocupado, amanheceu em chamas depois que um grupo de colonos israelenses invadiu a área na noite de domingo. O ato foi uma represália ao assassinato de dois colonos israelenses seus horas antes, no

que o governo de Binyamin Netanyahu --o mais a direita a ocupar o poder no país-- havia tachado de um ato de terrorismo.

O incêndio atingiu cerca de 30 residências e cem veículos, de acordo com um funcionário da prefeitura, e deixou mais de 350 moradores feridos. "Queimaram tudo que encontraram pela frente. Nem as árvores escaparam", afirmou Kamal Odeh, um habitante local, à AFP. Em uma cidade próxima, Zaatara, um colono israelense ainda matou a tiros um palestino de 37 anos.

Em uma atitude incomum, Israel pediu calma aos colonos -

-o incidente acontece em meio a uma escalada das tensões com os palestinos que já tiraram a vida de 75 pessoas, entre militantes, soldados e civis. Destas, 63 são palestinos e 11 israelenses. Uma mulher ucraniana também estava entre os falecidos.

"Peço que não façam justiça por conta própria, e que deixem as forças de segurança cumprirem sua missão", afirmou Netanyahu. O ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant, fez coro ao premiê em uma visita a Huwara, pedindo calma e dizendo que "não se pode tolerar esta situação, na qual os cidadãos fa-

zém justiça por conta própria". "Esperamos dias difíceis pela frente", completou.

Organizações israelenses de defesa dos direitos humanos acusaram o governo de Bibi, como o líder é conhecido, de ter apoiado um pogrom --o termo designa ataques contra judeus comuns no Leste Europeu nos séculos 19 e 20. Já Mahmud Abbas, presidente da Autoridade Palestina (concebida como um governo de transição até o estabelecimento de um Estado), afirmou que Tel Aviv havia respaldado "atos terroristas cometidos pelos colonos".

## CROTONE

## Mortes em naufrágio de barco de migrantes na Itália sobem para 62

O número de mortes causadas pelo naufrágio de um navio de migrantes em Crotone, no sudoeste da Itália, subiu a 62 ontem --um dia depois que a embarcação, superlotada, colidiu com rochas próximas à costa durante uma tempestade na região da Calábria.

Autoridades locais afirmam que cerca de 80 pessoas sobreviveram ao desastre. Ao menos 30 continuam desaparecidas, entretanto, partindo do número aproximado de passageiros que embarcaram no navio quando ele partiu de Izmir, na Turquia, na semana passada, oriundos do Afeganistão, Irã, Paquistão e Síria.

A polícia italiana deteve três

pessoas e as acusou de traficar migrantes sem documentos. Um quarto suspeito segue foragido.

A tragédia ocorre dias após o Parlamento italiano aprovar leis que limitam resgates feitos por organizações humanitárias no mar. De acordo com as novas regras, apoiadas pelo governo de ultradireita da primeira-ministra Giorgia Meloni, navios humanitários podem fazer apenas um resgate por saída, e estão sujeitos a multas de até EUR 50 mil (R\$ 259 mil) caso desobedeçam as medidas.

Críticos afirmam, porém, que a nova legislação aumenta o risco de mortes dos migrantes, uma vez que essas embarcações

humanitárias costumavam navegar por dias a fio, concluindo vários resgates em seu curso.

Representantes da ONG Médicos sem Fronteiras (MSF) afirmaram nesta segunda que a tragédia em Crotone foi uma consequência direta das novas leis. O ministro do Interior, Matteo Piantedosi, retrucou afirmando que "o desespero nunca deveria justificar condições de viagem que põem em risco vidas de crianças". Ele fazia referência ao fato de que muitos dos passageiros da embarcação eram menores de idade --14 crianças morreram, incluindo um recém-nascido, e várias outras continuam desaparecidas.

Aquelas que sobreviveram,

mas perderam os pais, tiveram suas guardas assumida por ONGs como a italiana Save the Children ou a própria MSF. Sergio di Dato, coordenador da equipe de psicólogos dos Médicos sem Fronteiras enviado ao local, contou que este foi o caso de um menino afegão de 12 anos que perdeu nove parentes, incluindo a mãe, o pai e os quatro irmãos.

As buscas continuavam no dia seguinte à tragédia, com bombeiros da cidade vizinha de Cutro se juntando aos policiais de Crotone e os auxiliando com helicópteros. Enquanto isso, dezenas de caixões aguardavam por corpos em um ginásio esportivo do próprio povoado.

## Nota

### JUSTIÇA CONDENA DONAS DE CRECHE ACUSADAS DE AMARRAR CRIANÇAS

A Justiça de São Paulo condenou as duas donas e uma funcionária da escola infantil Colmeia Mágica pelo crime de tortura e maus-tratos contra nove crianças na instituição particular, localizada no Jardim Vila Formosa, na zona leste paulistana. As réas também vão responder pelo crime de associação criminosa. Dona da creche, Roberta Serme recebeu a maior pena e foi condenada a 49 anos e 9 meses de prisão em regime fechado. Sua irmã e sócia, Fernanda Serme, recebeu pena de 13 anos em regime semiaberto.

### CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS EM SÉRIE ÚNICA DA 29ª (Vigésima Nona) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 29ª (Vigésima Nona) Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securizadora" ou "Emissora", respectivamente), a se reunirem conjuntamente com: (i) a Emissora; (ii) a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3434, Bloco 07, Sala 201, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91 na qualidade de Agente Fiduciária da Emissão ("Agente Fiduciário"); em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a ser realizada em 1ª (primeira) convocação, nos termos da Cláusula 14 do Termo de Securitização da Emissão, celebrado em 24 de janeiro de 2023, ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no dia 20 de março de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRA, para, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Alterar o "Anexo Condições Precedentes (Liberação)" constante no Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças celebrado entre Arcos Power Engenharia SPE Ltda. e a Securizadora e no Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças celebrado entre ITA POWER ENGENHARIA SPE LTDA. e a Securizadora, em conjunto denominados "Instrumentos de Cessão de Créditos Imobiliários", a fim de excluir que as seguintes obrigações sejam condições para Liberação: (a) Integralização da totalidade dos CRI; (b) Constatação, com base em Relatório de Medição, de que o cronograma físico-financeiro não foi descumprido; (c) Registro do(s) Contrato(s) de Cessão no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Itajubá-MG; (d) Registro do(s) Contrato(s) de CF no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Itajubá-MG; (e) Certidão de distribuição de ações cíveis de 1º e 2º grau de jurisdição, emitida pelo TJMG na comarca de São Sebastião do Oeste/MG; (f) Certidão de distribuição de ações de insolvência, emitida pelo TJMG na comarca de São Sebastião do Oeste/MG; (g) Justiça Federal (1ª e 2ª Instâncias); Certidão dos Distribuidores Cíveis, Criminais e de Executivos Fiscais da Justiça Federal, nas Seções Judiciárias da Comarca de São Sebastião do Oeste/MG; (h) Justiça do Trabalho (1ª e 2ª Instâncias); Certidão dos Distribuidores da Justiça do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho de São Sebastião do Oeste/MG, referentes à Sebastião de Carvalho Teixeira; (i) Certidão de distribuição de ações cíveis de 1º e 2º grau de jurisdição, emitida pelo TJMG na comarca de São Sebastião do Oeste/MG; (j) Certidão de distribuição de ações de insolvência, emitida pelo TJMG na comarca de São Sebastião do Oeste/MG; (k) Certidão de distribuição de ações criminais de 1º e 2º grau de jurisdição, emitida pelo TJMG na comarca de São Sebastião do Oeste/MG; (l) Justiça Federal (1ª e 2ª Instâncias); Certidão dos Distribuidores Cíveis, Criminais e de Executivos Fiscais da Justiça Federal, nas Seções Judiciárias da Comarca de São Sebastião do Oeste/MG; (m) Certidão dos Distribuidores da Justiça do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho (primeira e segunda instâncias) para comarca de São Sebastião do Oeste/MG, referentes à Maria da Piedade Teixeira. (ii) A autorização para a Securizadora e o Agente Fiduciário praticarem todos os atos necessários para a efetivação do item (i) acima, bem como aditamento aos Instrumentos de Cessão de Créditos Imobiliários e demais Documentos da Operação necessários. A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br), com cópia para o e-mail [juridico@canalsecurizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecurizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI SUSTEN", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e, d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontra-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securizadora (<http://www.canalsecurizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados e as atribuições no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

## TRAGÉDIA

## Novo terremoto na Turquia mata um e deixa dezenas de feridos

Pelo menos uma pessoa morreu e 69 ficaram feridas depois de um terremoto de magnitude 5,6 e profundidade de 6,15 km atingir o leste da Turquia nesta segunda-feira, informou a Afad, Autoridade de Gestão de Emergências e Desastres turca. Vários prédios já danificados desabaram com o novo tremor.

Após um violento terremoto

no início do mês deixar mais de 44 mil mortos no país e quase 6 mil na vizinha Síria, a região convive com tremores secundários que fazem novas vítimas. O epicentro do terremoto desta segunda foi no distrito de Yesilyurt, na província de Malatya e ao sudeste do país -perto da já castigada região de Gaziantep.

O prefeito da cidade de Yesi-

lyurt disse à emissora Habertürk que um pai e sua filha ficaram sob os escombros de um prédio desabado após voltarem para casa para tentar recuperar pertences pessoais.

Também na província de Malatya, a equipe de resgate retirou um homem dos destroços, amarrado a uma maca, mostraram imagens da CNN Turquia.

Uma mulher -provavelmente sua filha- também foi resgatada do mesmo prédio colapsado.

A Afad registrou quase 10 mil tremores secundários após o terremoto de 6 de fevereiro -45 com magnitudes entre 5 e 6, afirmou o diretor geral de terremotos e redução de riscos da Afad, Orhan Tatar. "Isso é uma atividade extraordinária", disse ele.

## FIM DO BREXIT

## Reino Unido e União Europeia chegam a novo acordo sobre Irlanda do Norte

O Reino Unido e a União Europeia chegaram a acordo ontem a respeito do imbróglio envolvendo questões aduaneiras entre Irlanda, Irlanda do Norte e Grã-Bretanha, um dos pontos mais controversos das negociações do brexit, que ficou conhecida a saída dos britânicos do bloco europeu.

Em Windsor, no Reino Unido, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen (foto), reuniu-se com o primeiro-ministro, Rishi Sunak, ele próprio apoiador do divórcio entre o país e o bloco, que gerou o desentendimento em primeiro lugar. Em entrevista coletiva após o encontro, os dois chamaram o acordo de "começo de um novo capítulo" na relação entre União Europeia e Reino Unido.

O novo pacto ainda precisa da aprovação do Parlamento e terá pontos a serem implementados gradualmente ao longo de

2023 e 2024.

As discussões giraram em torno do fato de que um protocolo do brexit manteve a Irlanda do Norte no mercado único europeu para evitar a criação de uma fronteira dura com a Irlanda, ao sul, o que poderia soprar as brasas de décadas de conflito violento pela unificação da ilha irlandesa, relativamente pacificada desde o fim da década de 1990. Adotado o novo pacto, o governo britânico afirma que irá retirar de tramitação projeto de lei que regulamenta o protocolo.

Tentativas de implementar leis que efetivamente desrespeitariam o direito internacional foram feitas pelo ex-primeiro-ministro, Boris Johnson, o que elevou as tensões envolvendo a controvérsia e resultou em processos da UE contra o Reino Unido. Segundo o governo britânico, aprovado o novo plano, a União Europeia irá retirar todas



WIKIPÉDIA

as ações legais contra o país relativas ao caso.

O acordo da década de 1990 definiu, por exemplo, o status constitucional da Irlanda do Norte como parte integrante do Reino Unido, mas também um princípio a partir do qual o norte e o sul irlandeses poderiam unificar a ilha se os dois governos locais assim o decidirem e a criação de um compartilhamento do poder entre lados a favor e

contrários à permanência no Reino Unido.

O novo acordo desta segunda-feira retira barreiras aduaneiras sobre comércio de uma série de produtos entre a Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte. A permanência no mercado europeu impôs exigências aduaneiras de exportação e restrições a esse fluxo, embora o território norte-irlandês faça parte do Reino Unido, o que também impactou a oferta de medicamentos, produtos agrícolas e alimentos, entre outros.

Manter a Irlanda do Norte no mercado europeu implica que leis europeias atuam sobre preços e produtos no território, que não tem voz nas decisões europeias após o brexit. O novo acordo concede ao Parlamento britânico poder de veto sobre leis europeias que não sejam apoiadas pelas duas partes na Irlanda do Norte.